

SUMÁRIO

NOTA À 2. ^a EDIÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO.....	7

PRIMEIRA PARTE
Teoria da Constituição
e do Direito Constitucional

1. A CONSTITUIÇÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA – DOS ANTECEDENTES À AFIRMAÇÃO DO CONSTITUCIONALISMO MODERNO E DO ASSIM CHAMADO ESTADO CONSTITUCIONAL	
Ingo Wolfgang Sarlet	37
1.1 Considerações introdutórias.....	37
1.2 O caso da Inglaterra e suas peculiaridades	42
1.3 Os Estados Unidos da América: a “viragem de Copérnico” da evolução constitucional.....	45
1.4 O legado da experiência constitucional na França	49
1.5 A ampliação do constitucionalismo pelo mundo ocidental: rumo ao modelo do Estado Constitucional como paradigma universal.....	51
1.6 A Lei Fundamental da Alemanha (1949): notas sobre sua formação, evolução e conteúdo.....	53
1.6.1 Precedentes e o dismantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista.....	53
1.6.2 Elaboração, conteúdo e afirmação da Lei Fundamental de 1949.....	56
1.6.3 A “queda do muro”, a reunificação e a adoção da Lei Fundamental de 1949 como Constituição Federal da Alemanha ..	60
2. CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	
Ingo Wolfgang Sarlet	65

3.	ESTRUTURA, FUNÇÕES E CONTEÚDO DAS CONSTITUIÇÕES.....	75
	Ingo Wolfgang Sarlet	75
3.1	As constituições e sua estrutura.....	75
3.1.1	Considerações de caráter geral.....	75
3.1.2	O preâmbulo das constituições, com destaque para o problema de sua força jurídica na Constituição Federal de 1988	75
3.1.4	Disposições constitucionais transitórias.....	82
3.2	As funções da constituição	83
3.3	O problema do conteúdo das constituições.....	88
4.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	93
	Ingo Wolfgang Sarlet	93
5.	DO PODER CONSTITUINTE E DA MUDANÇA CONSTITUCIONAL – REFORMA E MUTAÇÃO	97
	Ingo Wolfgang Sarlet	97
I	– DO PODER CONSTITUINTE	97
5.1	Notas introdutórias.....	97
5.2	O que é o poder constituinte?.....	98
5.2.1	Generalidades.....	98
5.2.2	A natureza do poder constituinte.....	100
5.2.3	Distinção entre poder constituinte formal e poder constituinte material	101
5.2.4	Características do poder constituinte.....	102
5.3	Quem é o titular do poder constituinte? O problema da legitimidade do poder constituinte e da constituição.....	104
5.4	Formas de manifestação (expressão ou exercício) do poder constituinte	107
5.4.1	Aspectos introdutórios	107
5.4.2	As formas democráticas de exercício do poder constituinte.	108
5.4.3	A revolução como forma da manifestação do poder constituinte	110
5.5	Limites e condicionamentos do poder constituinte?.....	114
II	– TEORIA DA MUDANÇA CONSTITUCIONAL – A REFORMA E A MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL...	117
5.6	Generalidades e distinção entre as diversas formas de mudança constitucional: processos formais e informais (mudança constitucional)	117

5.7	O poder de reforma da constituição.....	118
5.7.1	Questões terminológicas	118
5.7.2	Natureza, características e funções do poder de reforma constitucional.....	119
5.7.3	O poder de reforma na Constituição Federal de 1988.....	121
5.7.3.1	A distinção entre revisão e emendas como modalidades de reforma da Constituição.....	121
5.7.4	Os limites da reforma constitucional	124
5.7.4.1	Considerações gerais.....	124
5.7.4.2	Limites formais.....	126
5.7.4.3	Limites circunstanciais.....	131
5.7.4.4	O problema dos limites materiais (as assim chamadas “cláusulas pétreas”).....	132
5.7.4.4.1	Natureza e significado dos limites materiais.....	132
5.7.4.4.2	Espécies de limitações materiais ao poder de reforma	135
5.8	A assim chamada “mutação” constitucional e suas formas de manifestação: algumas aproximações.....	158
5.8.1	Considerações gerais: conceito e modalidades de mutação constitucional.....	158
5.8.3	Limites da mutação constitucional: o problema das mutações inconstitucionais	163
6.	EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	167
	INGO WOLFGANG SARLET.....	167
6.1	Alguns aspectos terminológicos e conceituais.....	167
6.2	Apresentação e discussão das principais classificações das normas constitucionais quanto à sua eficácia e aplicabilidade adotadas no Brasil ...	172
6.2.1	As posições “clássicas” e a sua gradual superação	172
6.3	Apreciação crítica das diferentes posições.....	181
6.4	Síntese conclusiva	187
7.	O PROBLEMA DA EFETIVIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS E DA FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO	193
	Ingo Wolfgang Sarlet	193

8.	A NORMA CONSTITUCIONAL NO “TEMPO” – RELAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO E A ORDEM JURÍDICA ANTERIOR.....	199
	Ingo Wolfgang Sarlet	199
8.1	Considerações gerais.....	199
8.2	A Constituição e o direito constitucional anterior.....	199
	8.2.1 A Constituição originária e a Constituição anterior.....	199
	8.2.2 As emendas constitucionais e o direito constitucional (originário) anterior.....	201
8.3	A Constituição e o direito infraconstitucional anterior.....	201
9.	A CONSTITUIÇÃO E AS RELAÇÕES COM O DIREITO ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL – O PROBLEMA DA APLICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS NO ESPAÇO.....	205
	Ingo Wolfgang Sarlet	205
9.1	Considerações introdutórias.....	205
9.2	Relações entre o direito estrangeiro e a Constituição.....	206
9.3	O direito internacional e a Constituição Federal de 1988.....	209
10.	LINHAS MESTRAS DA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	215
	Ingo Wolfgang Sarlet	215
10.1	Noções gerais.....	215
10.2	Princípios da interpretação constitucional.....	219
	10.2.1 O princípio da unidade da Constituição.....	219
	10.2.1.1 Princípio do efeito integrador.....	220
	10.2.1.2 O princípio da “concordância prática” ou da “harmonização”.....	221
	10.2.1.3 A assim chamada “ponderação” (ou “balanceamento”) no campo da interpretação e aplicação da Constituição.....	222
	10.2.2 O princípio da supremacia da Constituição.....	226
	10.2.2.1 O princípio da máxima eficácia e efetividade da Constituição.....	227
	10.2.2.3 O princípio da interpretação (das leis) conforme à Constituição.....	228
	10.2.3 O princípio da divisão de poderes e o correlato princípio (dever) da conformidade funcional: o problema da autorrestricção por parte da jurisdição constitucional e as assim chamadas “capacidades institucionais”.....	230

SEGUNDA PARTE

O Sistema Constitucional Brasileiro

1.	O CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA HISTÓRICO-EVOLUTIVA – DA CONSTITUIÇÃO IMPERIAL DE 1824 À ASSIM CHAMADA “CONSTITUIÇÃO-CIDADÃ” DE 1988	235
	Ingo Wolfgang Sarlet	235
1.1	Os primórdios e a Carta Imperial de 1824	235
1.2	A Proclamação da República e a implantação da Federação: a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	239
1.3	A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 ..	243
1.4	O Estado Novo e a Carta de 1937 (a Constituição “Polaca”)	245
1.5	A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946	247
1.6	A Constituição do Brasil de 1967 e a EC 1/1969	248
1.7	Breves notas sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	251
2.	TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	259
	Ingo Wolfgang Sarlet	259
2.1	Considerações gerais	259
2.1.1	Aspectos terminológicos: direitos humanos e/ou direitos fundamentais?	260
2.2	Os direitos fundamentais em perspectiva histórico-evolutiva e as assim designadas dimensões (ou “gerações”) de direitos fundamentais	263
2.2.1	Considerações preliminares	263
2.2.2	A “pré-história” dos direitos fundamentais: dos primórdios à noção de direitos naturais (inatos e inalienáveis) do homem	264
2.2.3	O reconhecimento dos direitos fundamentais na esfera do direito positivo	267
2.2.3.1	Antecedentes (o período pré-constitucional)	267
2.2.4	As assim chamadas “dimensões” (gerações?) dos direitos fundamentais: a trajetória evolutiva dos direitos fundamentais do Estado Liberal ao Estado Constitucional Socioambiental	270
2.2.4.1	Os direitos fundamentais no âmbito do Estado Liberal (a assim chamada “primeira dimensão”) ..	272

	2.2.4.2	O advento do Estado Social e os direitos econômicos, sociais e culturais (a assim chamada “segunda dimensão”).....	273
	2.2.5	A titularidade transindividual e os assim chamados “direitos da terceira dimensão”	274
	2.2.6	Existem direitos fundamentais de quarta e de quinta dimensão?	275
	2.2.7	As dimensões (“gerações”) dos direitos em perspectiva crítica.....	277
2.3		O conceito de direitos fundamentais no sistema constitucional brasileiro.....	278
	2.3.1	A dupla fundamentalidade em sentido formal e material	278
	2.3.2	A abertura (expansividade) do catálogo constitucional dos direitos fundamentais: significado e alcance da norma contida no art. 5.º, § 2.º, da CF	281
	2.3.2.1	Noções preliminares	281
	2.3.2.2	Classificação dos direitos fundamentais com base no critério da abertura material do catálogo constitucional.....	285
	2.3.2.3	Direitos previstos no Título II da CF	289
	2.3.2.4	Direitos fundamentais dispersos no texto constitucional.....	291
	2.3.2.5	Direitos sediados nos tratados internacionais de direitos humanos	295
	2.3.2.5.1	Generalidades	295
	2.3.2.5.2	O procedimento de incorporação dos tratados de direitos humanos na perspectiva da Constituição Federal	297
	2.3.2.5.3	O problema da hierarquia dos tratados de direitos fundamentais na ordem jurídica interna brasileira: direitos fundamentais sem hierarquia constitucional?	300
2.4		A dupla dimensão objetiva e subjetiva, a multifuncionalidade e a classificação dos direitos e garantias fundamentais	304
	2.4.1	Os direitos fundamentais e sua dimensão subjetiva	304
	2.4.2	A assim chamada dimensão objetiva dos direitos fundamentais	308
	2.4.3	Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais na ordem constitucional.....	311

2.5	A titularidade dos direitos e garantias fundamentais: quem é o sujeito dos direitos?	314
2.5.1	Considerações gerais	314
2.5.2	A pessoa natural como titular de direitos fundamentais: a titularidade universal e sua interpretação na Constituição Federal	315
2.5.3	O problema da titularidade de direitos fundamentais por parte dos estrangeiros e a relevância da distinção entre estrangeiro residente e não residente.....	318
2.5.4	O problema da titularidade de direitos fundamentais nos limites da vida.....	320
2.5.5	Pessoas jurídicas como titulares de direitos fundamentais ...	322
2.6	A aplicabilidade imediata das normas de direitos e garantias fundamentais: significado e alcance do art. 5.º, § 1.º, da CF	325
2.7	Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	331
2.8	Particulares como destinatários dos direitos fundamentais: o problema da eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas	335
2.9	Limites e restrições de direitos fundamentais.....	339
2.9.1	Considerações introdutórias.....	339
2.9.2	O âmbito de proteção dos direitos e garantias fundamentais	339
2.9.3	Os limites dos direitos fundamentais	342
2.9.4	Limites aos limites dos direitos fundamentais.....	347
2.9.4.1	Noções preliminares.....	347
2.9.4.2	Proporcionalidade e razoabilidade como limites dos limites	348
2.9.4.3	A assim chamada garantia do núcleo essencial dos direitos fundamentais	356
3.	DIREITOS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	361
	Ingo Wolfgang Sarlet	361
3.1	O direito à vida.....	361
3.1.1	Breve histórico: da noção de “direito natural” à consagração como direito humano e fundamental.....	361
3.1.2	Âmbito de proteção do direito à vida: o conceito de vida para efeitos da tutela jurídica.....	364
3.1.3	Relação do direito à vida com outros direitos fundamentais	365

3.1.4	A titularidade do direito à vida e o problema do início e fim da proteção jurídico-constitucional da vida humana	368
3.1.5	Destinatários (sujeitos passivos): órgãos estatais e particulares	371
3.1.6	O direito à vida e sua dupla dimensão objetiva e subjetiva como dever de proteção e complexo de posições subjetivas de conteúdo negativo e positivo.....	371
3.1.6.1	Considerações gerais.....	371
3.1.6.2	Dimensões subjetiva e objetiva do direito à vida..	372
3.1.7	Limites das intervenções no direito à vida: uma análise a partir de alguns exemplos	373
3.1.7.1	Considerações gerais.....	373
3.1.7.2	Existe um direito de matar? O caso da pena de morte e de outras intervenções similares	374
3.1.7.3	A discussão em torno da legitimidade constitucional da interrupção da gravidez.....	377
3.1.7.4	O problema de um direito ao suicídio e a discussão em torno das possibilidades e limites da eutanásia...	379
3.2	O direito à integridade física e psíquica.....	383
3.2.1	Considerações gerais	383
3.2.2	Direito constitucional estrangeiro e direito internacional dos direitos humanos	383
3.2.3	O direito à integridade física e psíquica na Constituição Federal	384
3.2.3.1	Observações gerais e relação com outros direitos fundamentais	384
3.2.3.2	A dupla dimensão subjetiva (negativa e positiva) e objetiva do direito à integridade física e psíquica .	386
3.2.3.3	Titulares e destinatários	387
3.2.3.4	Intervenções no direito à integridade corporal, limites e restrições: a controvérsia em torno de um direito à disposição do próprio corpo.....	387
3.2.3.5	O caso da proibição da tortura, de todo e qualquer tratamento desumano e degradante e das penas cruéis	390
3.3	Demais direitos à identidade e integridade pessoal – O direito ao livre desenvolvimento da personalidade e os direitos especiais de personalidade	393

3.3.1	Os direitos fundamentais vinculados à proteção da personalidade e os contornos de seu regime jurídico-constitucional	393
3.3.1.1	Considerações gerais.....	393
3.3.1.2	Direito internacional dos direitos humanos e constituições estrangeiras.....	396
3.4	O direito ao livre desenvolvimento da personalidade: sua função como cláusula geral e sua relação com os direitos especiais de personalidade...	397
3.5	Contornos do regime jurídico-constitucional dos direitos de personalidade.....	400
3.6	O direito à vida privada (privacidade e intimidade).....	404
3.6.1	Considerações gerais.....	404
3.6.2	Conteúdo (âmbito de proteção) do direito à vida privada...	405
3.6.3	Limites e restrições.....	408
3.7	A salvaguarda do sigilo fiscal e bancário.....	409
3.8	Inviolabilidade do domicílio.....	414
3.8.1	Notícia histórica e generalidades.....	414
3.8.2	Direito internacional dos direitos humanos e evolução constitucional brasileira anterior à Constituição Federal.....	415
3.8.3	Conteúdo e limites do direito à inviolabilidade do domicílio na Constituição Federal.....	417
3.9	A inviolabilidade da correspondência e o sigilo das comunicações em geral.....	424
3.10	Proteção dos dados pessoais.....	430
3.11	Os direitos à honra e à imagem.....	434
3.11.1	Considerações gerais.....	434
3.11.2	O direito à honra.....	435
3.11.3	O direito à (própria) imagem.....	439
3.12	Direitos de liberdade.....	442
3.12.1	Algumas notas sobre um direito geral de liberdade na Constituição Federal e o sistema constitucional das liberdades fundamentais.....	442
3.12.2	Liberdade de expressão.....	448
3.12.2.1	Notas introdutórias: breve mirada sobre a evolução constitucional brasileira pretérita e o direito internacional.....	448
3.12.2.2	A liberdade de expressão na Constituição Federal...	451

3.12.3	Liberdade de consciência e de crença (liberdade religiosa)...	471
3.12.3.1	Notas introdutórias e breve mirada sobre a evolução no âmbito do direito internacional, direito constitucional estrangeiro e evolução constitucional brasileira.....	471
3.12.3.2	A liberdade religiosa e a liberdade de consciência na Constituição Federal de 1988	475
3.12.4	Liberdade de locomoção	483
3.12.4.1	Considerações gerais e reconhecimento no plano do direito internacional e direito constitucional estrangeiro.....	483
3.12.4.2	A liberdade de locomoção na evolução constitucional brasileira pretérita.....	485
3.12.5	A liberdade de locomoção na Constituição Federal	485
3.12.5.1	Considerações gerais.....	485
3.12.5.2	Âmbito de proteção da liberdade de locomoção: sua dimensão objetiva e subjetiva	486
3.12.5.3	Titulares e destinatários	488
3.12.5.4	Limites da liberdade de locomoção.....	488
3.12.6	As garantias constitucionais relativas à prisão: o caso da prisão civil	490
3.12.6.1	Generalidades.....	490
3.12.6.2	A prisão civil: possibilidade e limites na Constituição Federal	491
3.12.6.2.1	Generalidades e evolução constitucional pretérita.....	491
3.12.6.2.2	Conteúdo e âmbito de proteção da proibição da prisão civil na Constituição Federal	492
3.12.6.2.3	A prisão civil no caso de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentar	493
3.12.6.2.4	A controvérsia em torno da prisão civil do depositário infiel	497
3.12.6.2.5	Liberdade de profissão.....	499
3.12.6.2.6	A liberdade de profissão na Constituição Federal	503
3.12.6.2.7	Liberdade de associação.....	513
3.12.6.2.8	Liberdade de reunião.....	525

3.13	Direito(s) de igualdade: direito geral de igualdade, cláusulas especiais de igualdade e políticas orientadas para a igualdade.....	536
3.13.1	Considerações introdutórias.....	536
3.13.2	Da igualdade formal à igualdade material	539
3.13.3	Breves notas a respeito da relação entre dignidade, liberdade e igualdade.....	541
3.13.4	Conteúdo e significado do princípio da igualdade e do(s) direito(s) de igualdade na Constituição Federal de 1988.....	542
3.13.4.1	Generalidades.....	542
3.13.4.2	Âmbito de proteção: conteúdo e alcance do princípio e do direito geral de igualdade.....	543
3.13.4.3	Metódica de aplicação do princípio (direito) da igualdade e efeitos de sua violação na condição de direito subjetivo.....	547
3.13.4.4	Igualdade, diferença e as assim chamadas “ações afirmativas”	552
3.14	Dos direitos fundamentais sociais.....	554
3.14.1	Aspectos gerais relativos aos direitos sociais como direitos fundamentais.....	554
3.14.1.1	Generalidades: os direitos sociais no quadro da evolução constitucional brasileira.....	554
3.14.2	Breves notas sobre os direitos sociais no âmbito do direito constitucional estrangeiro	558
3.14.3	Os direitos sociais como direitos fundamentais e seu regime jurídico na Constituição Federal.....	562
3.14.3.1	Aspectos gerais.....	562
3.14.3.2	Titulares e destinatários dos direitos sociais.....	567
3.14.3.3	O problema da eficácia e efetividade das normas de direitos sociais, com destaque para a controvérsia acerca da exigibilidade dos direitos sociais como direitos a prestações	571
3.14.3.4	O problema da proteção dos direitos sociais e o assim designado “princípio da proibição de retrocesso”	580
3.15	Dos direitos sociais em espécie.....	583
3.15.1	Considerações preliminares.....	583
3.15.2	O direito ao (e a garantia do) mínimo existencial como espécie de categoria transversal.....	583
3.15.3	O direito à proteção e promoção da saúde.....	589

3.15.4	O direito à alimentação	596
3.15.5	O direito à moradia.....	600
3.15.6	O direito à educação	604
3.15.7	O direito ao trabalho.....	614
3.15.8	O direito ao lazer.....	618
3.15.9	O direito à segurança social: previdência e assistência aos desamparados	619
3.15.10	Direito à proteção da maternidade, da infância, da juventude e do idoso	623
3.16.	Nacionalidade	627
3.16.1	Considerações introdutórias.....	627
3.16.2	A nacionalidade no âmbito do direito internacional, com destaque para o sistema de reconhecimento e proteção dos direitos humanos	629
3.16.3	A nacionalidade no direito constitucional estrangeiro	630
3.16.4	A nacionalidade no âmbito da evolução constitucional brasileira.....	631
3.16.5	O regime da nacionalidade na Constituição Federal de 1988.....	633
3.16.5.1	Considerações gerais: a nacionalidade como direito e garantia fundamental	633
3.16.5.2	Espécies de nacionalidade	633
3.16.5.2.1	A nacionalidade primária: o brasileiro nato.....	634
3.16.5.2.2	A nacionalidade secundária: a naturalização como forma de aquisição da nacionalidade	638
3.16.5.3	Distinções entre os brasileiros natos e os naturalizados.....	641
3.16.5.4	Perda e reaquisição da nacionalidade brasileira....	642
3.16.5.5	O problema da assim chamada dupla nacionalidade.....	645
3.16.5.6	Um caso especial: a condição jurídico-constitucional dos cidadãos portugueses (a assim chamada quase-nacionalidade)	647
3.16.5.7	O regime jurídico do estrangeiro na Constituição Federal	648
3.16.5.7.1	Aspectos gerais.....	648

	3.16.5.7.2 A exclusão do estrangeiro por iniciativa estatal: as hipóteses de deportação, expulsão e extradição	649
	3.16.5.8 As hipóteses de asilo e refúgio	654
	3.16.5.8.1 O asilo	654
	3.16.5.8.2 O refúgio	655
3.17.	Direitos Políticos	658
3.17.1	Considerações gerais: o significado jurídico da democracia e sua relação com os direitos políticos e os direitos fundamentais em geral	658
3.17.2	Os direitos políticos como direitos humanos e fundamentais	660
3.17.2.1	Considerações gerais	660
3.17.2.2	Os direitos políticos no plano supranacional (internacional e regional)	660
3.17.3	Os direitos políticos no constitucionalismo brasileiro	662
3.17.3.1	Constituições anteriores	662
3.17.3.2	Os direitos políticos na Constituição Federal de 1988	662
3.17.3.2.1	Considerações gerais: o regime jurídico-constitucional dos direitos políticos na condição de direitos fundamentais	662
3.17.3.2.2	O sufrágio e o direito de voto	667
3.17.3.2.3	A titularidade dos direitos políticos	672
3.17.3.2.4	O sufrágio passivo: condições de elegibilidade	674
3.17.3.2.5	Ainda o sufrágio passivo: as causas de inelegibilidade	677
3.17.3.2.6	Os casos de perda, suspensão e reaquisição dos direitos políticos	687
4.	DIREITOS FUNDAMENTAIS PROCESSUAIS	699
	Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero	699
4.1	Direito fundamental ao processo justo	699
4.1.1	Introdução	699
4.1.2	Âmbito de proteção	701
4.1.3	Titularidade e destinatários	704

4.1.4	Eficácia.....	706
4.1.5	Conformação infraconstitucional.....	706
4.2	Direito fundamental à colaboração no processo	707
4.2.1	Introdução	707
4.2.2	Âmbito de proteção	710
4.3	Direito fundamental à tutela adequada e efetiva	711
4.3.1	Introdução	711
4.3.2	Âmbito de proteção	712
4.4	Direito fundamental à igualdade e à paridade de armas	723
4.4.1	Introdução	723
4.4.2	Âmbito de proteção	724
4.5	Direito fundamental ao juiz natural e ao promotor natural.....	727
4.5.1	Introdução	727
4.5.2	Âmbito de proteção	727
4.6	Direito fundamental ao contraditório.....	730
4.6.1	Introdução	730
4.6.2	Âmbito de proteção	730
4.7	Direito fundamental à ampla defesa	735
4.7.1	Introdução	735
4.7.2	Âmbito de proteção	735
4.8	Direito fundamental à prova	739
4.8.1	Introdução	739
4.8.2	Âmbito de proteção	739
4.9	Direito fundamental à publicidade.....	747
4.9.1	Introdução	747
4.9.2	Âmbito de proteção	747
4.10	Direito fundamental à motivação das decisões	749
4.10.1	Introdução	749
4.10.2	Âmbito de proteção	750
4.11	Direito fundamental à segurança jurídica no processo	755
4.11.1	Introdução	755
4.11.2	Âmbito de proteção	756
4.12	Direito à assistência jurídica integral.....	758
4.12.1	Introdução	758
4.12.2	Âmbito de proteção	760

4.13	Direito fundamental à duração razoável do processo	761
4.13.1	Introdução	761
4.13.2	Âmbito de proteção	762
4.14	Direito fundamental ao duplo grau de jurisdição?	765
4.14.1	Introdução	765
4.14.2	Âmbito de proteção	766
5.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	767
	Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero	767
5.1	<i>Habeas corpus</i>	767
5.1.1	Introdução	767
5.1.2	Âmbito de proteção	767
5.1.3	Titularidade.....	769
5.1.4	Conformação infraconstitucional.....	770
5.2	Mandado de segurança	772
5.2.1	Introdução	772
5.2.2	Âmbito de proteção	773
5.2.3	Titularidade.....	776
5.2.4	Conformação infraconstitucional.....	777
5.3	Mandado de injunção	778
5.3.1	Introdução	778
5.4	<i>Habeas data</i>	779
5.4.1	Introdução	779
5.4.2	Âmbito de proteção	779
5.4.3	Titularidade.....	780
5.4.4	Conformação infraconstitucional.....	780
5.5	Ação popular	781
5.5.1	Introdução	781
5.5.2	Âmbito de proteção	781
5.5.3	Titularidade.....	783
5.5.4	Conformação infraconstitucional.....	783
5.6	Ação civil pública.....	784
5.6.1	Introdução	784
5.6.2	Âmbito de proteção	785
5.6.3	Titularidade.....	786

5.6.4	Conformação infràconstitucional.....	787
6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	791
	Luiz Guilherme Marinoni	791
I	– O SURGIMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO COMPARADO E A SUA EVOLUÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	791
6.1	O surgimento do controle judicial da constitucionalidade das leis nos Estados Unidos.....	791
6.1.1	Primeiras considerações	791
6.1.2	A superioridade do <i>common law</i> sobre os atos do parlamento inglês.....	792
6.1.3	A Revolução Gloriosa, de 1688, e o significado do princípio da <i>supremacy of the English Parliament</i>	794
6.1.4	Do controle dos atos da colônia a partir do direito inglês ao <i>judicial review</i> estadunidense. Mera inversão do princípio da supremacia do parlamento pelo princípio da supremacia do Judiciário?	796
6.1.5	Ossignificados de “supremacia do parlamento” nas revoluções inglesa e francesa.....	799
6.1.6	O <i>judicial review</i> diante do princípio da separação dos pode- res	801
6.1.7	A matriz jusnaturalista da Constituição e os poderes consti- tuinte e constituído	808
6.1.8	O caso <i>Marbury v. Madison</i> . A doutrina Marshall.....	809
6.1.9	Consideração histórico-crítica acerca do surgimento do siste- ma americano de controle difuso da constitucionalidade das leis.....	813
6.2	A evolução do controle judicial da constitucionalidade das leis na Eu- ropa.....	815
6.2.1	Primeiras considerações	815
6.2.2	O sistema austríaco de controle de constitucionalidade	817
6.2.3	A manutenção do controle concentrado e a expansão do modo incidental. Os Tribunais Constitucionais italiano e alemão.	819
6.2.4	Compreensão do sistema em que o juiz, por não poder deci- dir a questão constitucional, remete-a para análise da Corte Constitucional.....	822
6.3	História do controle judicial de constitucionalidade brasileiro.....	824

6.3.1	A Constituição Imperial.....	824
6.3.2	A Constituição de 1891	825
6.3.3	A Constituição de 1934	828
6.3.4	A Constituição de 1937	832
6.3.5	A Constituição de 1946	833
6.3.6	A Constituição de 1967/1969	836
6.3.7	A Constituição de 1988	841

II – FORMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....

		842
6.4	Das formas de controle de constitucionalidade	842
6.4.1	Controle judicial e controle não judicial	842
	6.4.1.1 Objeto do controle judicial.....	848
6.4.2	Controle preventivo e controle repressivo	852
6.4.3	Controle concreto e controle abstrato	854
6.4.4	Controle incidental e controle principal	857
6.4.5	Controle difuso e controle concentrado	858
6.5	As diversas faces da inconstitucionalidade.....	860
6.5.1	Inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.....	860
6.5.2	Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão	870
	6.5.2.1 Primeiras considerações	870
	6.5.2.2 Inconstitucionalidade por ação	871
	6.5.2.3 Inconstitucionalidade por omissão.....	872
	6.5.2.3.1 Instrumentos processuais para combater a omissão inconstitucional: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	872
	6.5.2.3.2 Omissão total e omissão parcial	876
	6.5.2.3.3 Norma constitucional impositiva de dever de legislar e direito fundamental carente de tutela normativa	880
6.6	Inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente.....	885
6.6.1	Inconstitucionalidade superveniente ou revogação? Consequências práticas.....	885

6.6.2	Alteração dos fatos e modificação da concepção geral acerca do direito.....	888
6.7	Inconstitucionalidade total e inconstitucionalidade parcial	891
6.8	Inconstitucionalidade direta e inconstitucionalidade indireta.....	893
III	– CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	895
6.9	A questão constitucional no processo comum	895
6.10	A decisão no controle incidental.....	896
6.11	A natureza prejudicial da questão de constitucionalidade	896
6.12	Legitimados a arguir a questão constitucional no controle incidental.	897
6.13	O controle de constitucionalidade de ofício.....	900
6.14	Da inexistência de preclusão.....	904
6.15	Declaração incidental de inconstitucionalidade nos Tribunais Estaduais e Regionais Federais e no STJ	904
6.15.1	A exigência de <i>quorum</i> qualificado nos Tribunais. Encaminhamento e decisão da questão constitucional	904
6.15.2	A Súmula Vinculante 10	905
6.15.3	Interpretação conforme e declaração parcial de nulidade sem redução de texto. Exclusividade do Pleno ou Órgão Especial	906
6.15.4	Não cabimento do incidente de inconstitucionalidade.....	908
6.15.5	Questão constitucional já decidida pelo STF	908
6.15.6	Questão constitucional já decidida pelo Plenário ou Órgão Especial	909
6.15.7	Declaração de inconstitucionalidade no STJ.....	910
6.15.8	Procedimento do incidente de inconstitucionalidade nos Tribunais	913
6.15.8.1	Procedimento prévio perante o órgão fracionário	913
6.15.8.2	Procedimento perante o Pleno ou o Órgão Especial	914
6.16	Recurso extraordinário.....	916
6.16.1	Recurso extraordinário.....	916
6.16.2	Repercussão geral.....	920
6.16.3	A imprescindibilidade de os precedentes da Suprema Corte obrigarem os juízos inferiores no sistema em que todo e qualquer juiz tem poder para controlar a constitucionalidade....	926
6.16.4	Os precedentes obrigatórios e a importância da fundamentação das decisões.....	934

6.16.5	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i>	937
6.16.6	A individualização dos motivos determinantes ou <i>ratio decidendi</i>	941
6.16.7	A eficácia vinculante dos motivos determinantes no STF....	942
6.16.8	Atributos da eficácia vinculante dos motivos determinantes	947
6.16.9	Eficácia temporal da revogação de precedente formado no controle incidental.....	950
6.16.9.1	A questão nos Estados Unidos.....	950
6.16.9.2	Diferentes razões para tutelar a segurança jurídica: decisão de inconstitucionalidade e revogação de precedente constitucional	955
6.16.9.3	Efeitos <i>inter partes</i> e vinculantes da decisão de inconstitucionalidade (no controle incidental) e da decisão que revoga precedente constitucional.	960
6.16.9.4	Eficácia prospectiva de decisão revogadora de precedente constitucional e de decisão proferida em controle incidental.....	961
6.16.9.5	A função do Senado Federal	965
6.17	Controle incidental na ação civil pública e na ação popular	970
6.18	O problema do controle incidental da inconstitucionalidade por omissão.....	973
6.18.1	Primeiras considerações	973
6.18.2	O poder de controle difuso abarca o poder de controlar a omissão inconstitucional.....	974
6.18.3	Situações em que a falta de lei é frequentemente suprida na prática forense	975
6.18.4	A eficácia dos direitos fundamentais sobre os particulares e o controle incidental da omissão inconstitucional.....	975
6.18.5	Os limites do juiz no suprimento da falta de lei necessária à tutela de direito fundamental. O controle da inconstitucionalidade por omissão como controle da insuficiência de tutela	979
6.18.6	Controle de inconstitucionalidade por omissão à tutela de direito fundamental de natureza processual.....	981
6.18.7	Legitimidade do raciocínio decisório no suprimento de técnica processual.....	986
IV	– AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	987
6.19	Primeiras considerações	987
6.20	Legitimidade	989

6.20.1	Extensão da legitimidade, legitimados universais e especiais e capacidade para postular	989
6.20.2	Legitimidade, pertinência temática e interesse de agir.....	992
6.20.3	Governador de Estado e Assembleia Legislativa.....	994
6.20.4	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.....	995
6.20.5	Partido político.....	996
6.20.6	Confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional.....	998
6.21	Objeto.....	1003
6.22	Parâmetro de controle.....	1013
6.23	Procedimento.....	1015
6.24	Procedimento sumário em sentido formal.....	1023
6.25	Causa de pedir aberta.....	1026
6.26	Medida liminar.....	1031
6.27	<i>Amicus curiae</i>	1034
6.28	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma impugnada.....	1036
6.29	Da decisão.....	1037
V	– AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1039
6.30	Primeiras considerações.....	1039
6.31	Legitimidade.....	1044
6.32	Objeto e parâmetro de controle.....	1045
6.33	Petição inicial.....	1046
6.34	Controvérsia judicial relevante.....	1047
6.35	Indeferimento da petição inicial.....	1049
6.36	Participação no processo.....	1049
6.37	Esclarecimento de matéria de fato e informações acerca da aplicação da norma questionada.....	1050
6.38	Medida liminar e seus efeitos.....	1051
6.39	Decisão.....	1053
VI	– EFEITOS DAS DECISÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1055
6.40	Eficácia <i>erga omnes</i>	1055
6.40.1	Eficácia <i>erga omnes</i> e coisa julgada material.....	1055

6.40.2	Decisão de constitucionalidade e possibilidade de posterior ou outra ação direta de inconstitucionalidade	1057
6.40.3	Decisão de constitucionalidade com efeitos <i>erga omnes</i> e impacto das novas circunstâncias sobre o controle difuso....	1062
6.40.4	Efeitos temporais da revogação da decisão de constitucionalidade	1064
6.41	Eficácia vinculante	1065
6.41.1	Primeiras considerações	1065
6.41.2	Extensão objetiva	1069
6.41.3	Extensão subjetiva.....	1073
6.42	Reclamação	1076
6.43	Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade	1082
6.44	Efeitos da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada	1095
6.44.1	Lei inconstitucional e decisão baseada em lei inconstitucional: efeitos da lei e efeitos da decisão judicial.....	1095
6.44.2	Incompatibilidade da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade com o sistema difuso	1103
6.44.3	Coisa julgada e segurança jurídica.....	1109
6.44.4	Retroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a coisa julgada.....	1110
6.44.5	Decisão de inconstitucionalidade e ação rescisória.....	1111
6.44.6	Decisão de inconstitucionalidade, impugnação e embargos do executado.....	1120
VII – TÉCNICAS DE DECISÃO		1126
6.45	Inconstitucionalidade, nulidade, decisão declaratória e produção de efeitos.....	1126
6.46	Declaração de inconstitucionalidade total e declaração de inconstitucionalidade parcial	1129
6.47	Inconstitucionalidade por arrastamento	1130
6.48	Pronúncia de inconstitucionalidade sem declaração de nulidade	1131
6.49	Omissão parcial, pronúncia de inconstitucionalidade e isolamento de determinados efeitos	1133
6.50	Norma em trânsito para a inconstitucionalidade.....	1134
6.51	Interpretação conforme à Constituição.....	1137
6.52	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto.....	1139

VIII – MANDADO DE INJUNÇÃO.....	1140
6.53 Primeiras considerações	1140
6.54 História do mandado de injunção no STF	1142
6.55 Escopo do mandado de injunção.....	1151
6.56 Natureza mandamental?	1153
6.57 Legitimidade	1156
6.58 Medida liminar.....	1159
6.59 Pressupostos para a concessão do mandado de injunção	1161
6.59.1 Dever de legislar.....	1161
6.59.2 Mora do legislador	1163
6.59.3 Norma insuficiente e omissão parcial.....	1166
6.59.4 Norma não autoaplicável	1167
6.59.5 Norma recepcionada pela Constituição, edição superveniente da norma e encaminhamento de projeto de lei	1168
6.60 Efeitos da decisão.....	1170
6.61 O mandado de injunção diante da possibilidade de a falta de lei ser suprida no caso conflitivo concreto.....	1171
IX – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO	1174
6.62 Primeiras considerações	1174
6.63 Escopo da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	1177
6.64 Objeto da omissão inconstitucional.....	1178
6.65 Legitimidade	1179
6.66 Procedimento	1183
6.67 Omissão parcial de inconstitucionalidade.....	1190
6.68 Medida liminar.....	1191
6.69 Da decisão na ação de inconstitucionalidade por omissão. Crítica	1194
6.70 Efeitos da decisão proferida na ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Responsabilidade do Estado por omissão inconstitucional ..	1197
X – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	1204
6.71 Primeiras considerações	1204
6.72 Modalidades.....	1206
6.73 Requisitos da arguição de descumprimento de preceito fundamental	1207
6.73.1 Ausência de outro meio processual capaz de sanar a lesividade de modo eficaz.....	1207

6.73.2	Relevância do fundamento de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição	1209
6.74	Legitimidade	1210
6.75	Parâmetro de controle	1212
6.76	Objeto.....	1213
6.76.1	Introdução	1213
6.76.2	Atos do Poder Público.....	1214
6.76.3	Direito pré-constitucional.....	1214
6.76.4	Declaração de inconstitucionalidade de direito municipal..	1217
6.76.5	Declaração de constitucionalidade dos direitos municipal e estadual	1218
6.76.6	Controle de ato legislativo em fase de formação.....	1219
6.76.7	Norma de caráter secundário.....	1222
6.76.8	Decisões judiciais e arguição de descumprimento de preceito fundamental	1223
6.76.9	A questão da omissão parcial	1227
6.77	Procedimento	1229
6.78	Medida liminar.....	1232
6.79	Decisão e efeitos	1234
XI	– REPRESENTAÇÃO INTERVENTIVA	1235
6.80	Introdução	1235
6.81	Legitimidade	1237
6.82	Objeto.....	1239
6.83	Compreensão dos princípios sensíveis como parâmetro para a decretação da intervenção	1241
6.84	Procedimento	1242
6.85	Medida liminar.....	1244
6.86	Decisão e efeitos	1246
XII	– CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DOS DIREITOS ESTADUAL E MUNICIPAL	1247
6.87	Primeiras considerações	1247
6.88	Norma estadual e duplicidade de controle de constitucionalidade	1248
6.89	Decisão de (in)constitucionalidade de norma constitucional estadual, em face da Constituição Federal, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Tribunal de Justiça	1253

6.90	Norma constitucional de reprodução e interpretação incompatível com a Constituição Federal. Cabimento de recurso extraordinário.....	1254
6.91	Ação de inconstitucionalidade por omissão nos Estados-membros	1254
6.92	Ação direta de constitucionalidade nos Estados-membros	1255
6.93	Efeitos da decisão proferida em sede de ação direta de âmbito estadual .	1256
XIII	– CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	1258
6.94	Introdução. Hierarquia normativa dos tratados internacionais dos direitos humanos	1258
6.95	Significado de supralegalidade dos tratados internacionais	1264
6.96	Modos de controle da convencionalidade no direito brasileiro.....	1265
6.97	Controle de supraconstitucionalidade	1266
6.98	O controle de convencionalidade pela Corte Interamericana de Direitos Humanos	1268
6.99	Objeto e parâmetro do controle de convencionalidade na Corte Interamericana.....	1274
6.100	Os efeitos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos.	1274
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1279
	OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	1339
	INGO WOLFGANG SARLET	1339
	LUIZ GUILHERME MARINONI.....	1339
	DANIEL MITIDIERO	1340